

Adiamento inútil

A crise política se amplia e agora atinge também a Constituinte. Chegou-se a um impasse nos trabalhos de elaboração da nova Carta Magna, como demonstram as vacilações da própria cúpula da Assembléia. Já não é somente o Executivo que se encontra paralisado e adiando suas crises. Agora o fenômeno atinge um nível mais grave, pois a própria Constituinte passou a vacilar e a tomar resoluções contraditórias.

A cúpula da Constituinte, pressionada pela mobilização dos autodesignados moderados, voltou atrás em sua decisão de reunir e fazer funcionar simultaneamente a Comissão de Sistematização e seu plenário. Não se discute aqui o mérito da resolução e nem o fato da cúpula da Constituinte tomar medidas e adotar resoluções cuja legitimidade é contestada por muitos por violarem o regimento da Assembléia. A questão central é que a decisão adotada não resolve nenhum problema, adia e joga para a frente um confronto que parece temer. É o caso de se saber quem tem maioria entre os constituintes: as atuais lideranças ou os moderados.

Pela atual sistemática consagrada no regimento em vigor,

o prazo de apresentação de emendas já terminou e para mudar as resoluções adotadas pela Comissão de Sistematização no plenário é necessária a mobilização da maioria absoluta dos constituintes. Todos estão de acordo que tal mobilização é difícil para qualquer das facções que se formam de maneira mais ou menos instável em torno dos pontos polêmicos contidos no relatório da Comissão de Sistematização.

Seria fácil concluir que as lideranças temem um confronto e querem usar o artifício de uma superioridade eventual na Comissão de Sistematização para impedir que a maioria do plenário possa dar a palavra final. O regimento, desta forma, transformaria uma maioria eventual em vitoriosa sobre a verdadeira, que no plenário estaria desarmada para fazer prevalecer suas opiniões. A questão não é tão simples assim.

Na realidade, se constata a existência de um certo descontentamento dos constituintes que não fazem parte da Comissão de Sistematização. Têm, de forma evidente, menos chances de influir nos trabalhos da Constituinte e estão colocados numa espécie de ina-

tividade forçada. Foi este quadro que determinou a resolução de funcionamento simultâneo da Comissão e do plenário, agora anulada. Mais do que isto, a reforma regimental proposta pelos moderados não toca no conteúdo das questões polêmicas. Só reabre a discussão sobre elas. A emenda regimental é, portanto, um instrumento que permite a organização de um verdadeiro cartel de descontentes. Pessoas que tiveram seus pontos de vista preteridos na Comissão tendem a apoiá-la, mesmo que não concordem com os demais pontos defendidos pelos outros signatários. A tendência é de a emenda reunir a maioria de votos mesmo que isto não represente uma coerência política entre seus defensores. Cada um teria sua própria motivação. A emenda regimental passou um susto na cúpula da Constituinte e provocou o recuo de sua decisão anterior. Só que isto não resolve nada. Adiados os trabalhos do plenário para o dia 20, depois do esperado fim das atividades da Comissão de Sistematização, os descontentes serão os mesmos ou possivelmente ainda mais numerosos. O problema está assim sendo apenas adiado.